

## O TRAUMA COLONIAL NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA NEGRA<sup>1</sup>

THE COLONIAL TRAUMA IN THE PSYCHIC CONSTITUTION OF THE VERY FIRST BLACK CHILDHOOD

Carlos Côrtes<sup>2</sup>

### Resumo:

A partir da categoria “trauma colonial”, central aos estudos fanonianos de análise da sociedade contemporânea racializada, este artigo visa levantar reflexões acerca do lugar de constituição psíquica e subjetiva das crianças negras de 0 a 3 anos no contexto de expressiva necrofilia racista e infanticida. No diálogo com o clássico pensamento winnicottiano acerca da constituição da psique infantil, a obra fanoniana se insere como uma ótica indispensável para analisarmos os preceitos básicos presentes nos mais sutis e violentos processos de subalternização do corpo negro em seu primeiro contato com o mundo branco antinegro ou até mesmo em estágios uterinos, na expressiva violência obstétrica contra mulheres negras. Neste processo de análise da psicopatologização da infância negra, autores como Grada Kilomba e Wallace de Moraes se integram teoricamente à reflexão, ampliando nossa leitura acerca deste expressivo e violento fenômeno contra os corpos infantis negros em um estado marcado pelo racismo e pela colonialidade do poder.

**Palavras-chave:** Trauma colonial. Primeira infância. Constituição psíquica. Decolonialidade.

### Abstract:

Based on the category “colonial trauma”, central to Fanonian studies of analysis of contemporary racialized society, this article aims to raise reflections on the place of psychic and subjective constitution of black children from 0 to 3 years of age in the context of expressive racist and infanticidal necrophilia. In the dialogue with Winnicott's classical thought about the constitution of the child's psyche, Fanon's work is inserted as an indispensable optics for analyzing the basic precepts present in the most subtle and violent processes of subalternization of the black body in its first contact with the white anti-black world or even in uterine life, in the expressive obstetric violence against black women. In this process of analyzing the psychopathologization of black childhood, authors such as Grada Kilomba and Wallace de Moraes are theoretically integrated into the reflection, expanding our reading of this expressive and violent phenomenon against the black child's bodies in a state marked by racism and the coloniality of power.

**Keywords:** Colonial trauma. Early childhood. Psychic constitution. Decoloniality.



<sup>1</sup> Este artigo é fruto da pesquisa em andamento “*Trauma colonial e pensamento moderno nos primeiros passos: uma investigação sociogênica da constituição psíquica na primeiríssima infância*”.

<sup>2</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense e Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Filiação Institucional: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [carloscortes@id.uff.br](mailto:carloscortes@id.uff.br) Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8941406778317588>

## **Introdução**

Em sua trajetória enquanto intelectual revolucionário de um movimento que, ao longo das décadas, ecoou nas lutas políticas e acadêmicas, Frantz Fanon (1925 - 1961) debruçou-se sobre a produção de uma extensa bibliografia que, com o seu marcante teor político-revolucionário, dialogava diferentes áreas do conhecimento que, até então, não encontravam espaços dialógicos entre si, abrindo assim, o espaço de uma filosofia revolucionária na prática médica psiquiátrica.

Logo após receber a notícia de ver sua clássica tese de exercício “Pele Negra, Máscaras Brancas” ser recusada por ser demasiadamente subjetiva para a Psiquiatria, Fanon precisou redigir às pressas outra obra para apresentar e substituir a tese recusada. Sua tese possibilitou então que Fanon encontrasse em sua escrita sobre o fenômeno psiquiátrico e psicanalítico, reflexões para além da ordem médica, estabelecendo críticas e análises de cunho filosófico, epistemológico e inclusive jurídico. Posteriormente, produziu ainda outros diversos textos e trabalhos que visassem o diálogo entre essas áreas, buscando o entendimento do fenômeno da colonização nas alterações mentais dos povos colonizados.

Em sua análise, Fanon já observava que este fenômeno não se dava do dia para noite, mas era oriundo de complexas estratégias já iniciadas naquilo que denomina como “menor contato”. Em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Fanon já afirmava: “uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco” (FANON, 2020, p. 159).

É a partir desta fala que as reflexões deste artigo se levantam. Compreendendo este “menor contato” como o princípio constitutivo da psique de um sujeito em uma sociedade moldada pela matriz colonial de poder, perguntamos como que esta colonialidade exerce seu processo de colonização e subalternização sobre a primeiríssima infância (crianças de zero a três anos) em seu primeiro contato com este sistema mundial moderno?

## **Constituição psíquica: conceituação psicanalítica**

Antes de refletirmos acerca das marcas e efeitos dos mais diversos mecanismos de colonização na formação das subjetividades infantis negras, é necessário que conceituemos este processo dentro do arcabouço psicanalítico, cuja teoria também lhe serviu como lente de análise para tais fenômenos oriundos de uma sociedade racializada.

Compreender os processos envolvidos nesta constituição subjetiva e sociogênica da primeiríssima infância negra nos possibilita compreender as sutilezas deste “menor contato” da criança negra com o mundo branco antinegro e suas influências na consolidação do vir a ser do bebê que aprende o mundo em toda sua totalidade, afetando-se pelas sutilezas relacionais, um sistema macro de transformações, valores, símbolos, sentidos e estruturas. É dentro deste processo sutil das relações iniciais que o mundo se apresenta ao bebê, “na medida em que as macro transformações contemporâneas refletem-se nos modos de relação inter-humanas, de forma especial, nas relações iniciais mãe-bebê, fundamentais para a constituição psíquica do sujeito (CAMBUÍ; NEME; ABRÃO, 2016, p. 132).

Dentro da teoria psicanalítica, a qualidade da relação estabelecida entre a mãe e o bebê se apresentam como fundamentais à constituição da saúde psíquica do mesmo. Excluindo-se da díade mãe-bebê, as outras experiências relacionais do bebê com seus cuidadores, assim como com o meio que o marca também ocupam um lugar de profundo e inquestionável valor na formação deste pequeno sujeito e na sua saúde mental. Experiências relacionais marcadas pela instabilidade, fragilidade e ruptura nas relações enfraquecem a sustentação psíquica do sujeito em sua constituição, adquirindo dimensões traumáticas nos anos iniciais dos sujeitos.

Com isto, é importante que compreendamos o valor da intersubjetividade na constituição psíquica do sujeito, ou seja, o valor do outro na formação da sua subjetividade. De acordo com as autoras do texto “A constituição psíquica e saúde mental: contribuições winnicotianas” (2016),

Esse encontro genuíno admite a possibilidade do acontece humano e inaugura a experiência relacional. A aproximação entre um “outro”, constituído por experiências subjetivas individuais advindas de seu próprio processo de amadurecimento, e as potencialidades nucleares do vir a ser do bebê, faz com que o eu da criança se torne viável (Ibdem, p. 132)

O princípio constitutivo do ser se inicia no contato com o outro, cuja presença estabelece um compartilhamento de valores, saberes, sentidos de realidade e de existência. Neste processo intersubjetivo, constitui-se então a origem do bebê que aprende o mundo, cujas organizações sociais apreende e as reorganiza em sua própria organização psíquica, atravessada por cada experiência relacional que o marca nos anos iniciais de sua vida. De acordo com Safra, “o acontecer humano demanda a presença de um outro. As primeiras organizações psíquicas do bebê, a entrada na temporalidade, a abertura da dimensão espacial e a personalização, só se constituem e ganham realização pela presença de alguém significativo” (SAFRA, 2005, p. 147).

É dentro deste entendimento da origem do ser pautada na intersubjetividade que adentramos ao debate da constituição psíquica da primeiríssima infância negra, cuja organização psíquica e personalização se encontram atravessadas por um arquétipo linguístico marcado pela racialização colonial. Considerando a incapacidade humana do outro de “constituir-se a si mesmo”, a criança negra então encontra-se em sua origem dependendo afetivamente de seus cuidadores e de seu meio para aprender e apreender a realidade e o mundo que agora a abrigam. Em um cenário marcado pela colonialidade do poder e seus mecanismos de racialização, analisaremos este processo de “menor contato com o mundo branco antinegro” a partir de Frantz Fanon, cuja literatura será extremamente necessária para nossa análise.

### **Constituição psíquica do bebê negro: o trauma colonial na necrofilia colonialista outrocida**

Visando então romper com um discurso universalista acerca da condição infantil e reconhecendo a historicidade na experiência de “ser criança”, afunilamos o corpo social para a primeiríssima infância negra, entendendo-as em um profundo lugar de violência institucionalizada por este sistema racista e infanticida.

Para que antes pensemos nos processos constitutivos destes traumas, se faz necessário o reconhecimento das estruturas ambientais em que se desenvolvem esses sujeitos. Neste contexto de análise, vale-se o uso do aporte teórico da decolonialidade, cuja visão de mundo “reconhece o racismo como princípio organizador da Modernidade iniciada em 1492” (MORAES, p 06, 2020). Neste aporte teórico, fazemos uso então do conceito de Necrofilia Colonialista Outrocida, cuja presença nos permitirá reconhecer os mecanismos envolvidos nos processos de traumatização das pequenas infâncias negras. De acordo com Moraes, a defesa deste conceito se dá

no afã de resumir um específico racismo marcado pelo desejo da morte de negros, indígenas e seus descendentes que não aceitam e/ou não se subordinam aos papéis que a modernidade lhes designou. Isto é, todos os negros e indígenas que se negam a estar disponíveis para colaborar, de todas as maneiras, para o bem-estar de europeus e seus descendentes pelo mundo, produzindo riquezas, reproduzindo sua cultura, pedindo benção todos os dias, estarão mais sujeitos à morte e ao cárcere (Ibdem).

Garantindo novos direcionamentos ao debate, recortamos este fenômeno para a psicopatologização que afeta a primeiríssima infância negra. Casos como Transtornos de Ansiedade e a própria Depressão se apresentam como casos recorrentes nas infâncias, com suas raízes consolidadas em patologias que constituem subjetividades alienadas, neuróticas, inferiorizadas e escravas de um inconsciente coletivo submetido à uma imposição cultural irrefletida (FANON, 2020, p. 202). Este recorte se mostra central justamente por se apresentar enquanto um fenômeno eficaz ao processo de colonização, pois estabelece raízes de natureza orgânica ao desenvolvimento dos cidadãos de pouca idade. Enquanto um fenômeno e oriundo de um complexo e estruturante exercício da colonização dos povos subalternizados, a psicopatologização da primeira infância em muito tem sido silenciada, apesar de sua inquestionável recorrência.

É necessário que sempre visemos ampliar a reflexão, rompendo com a universalização da condição infantil. Desta forma, podemos nos questionar o lugar das crianças negras neste processo de psicopatologização colonial. Em certas pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos pelo Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard apontam para as consequências deste projeto colonial na anormalização das classes subalternizadas, em especial, a comunidade negra. Questões como a manutenção do corpo em alerta; ausência de oportunidades aos serviços de saúde e educação; fragilidade de seus cuidadores; e maiores probabilidades a doenças crônicas ao longo da vida se apresentam aos pesquisadores como causas e consequências diretas do racismo para a saúde mental e física das crianças (IDOETA, 2020).

Este processo de psicopatologização da infância negra não pode ser compreendido em sua totalidade sem o entendimento das diferenças culturais enquanto marca do adoecimento psíquico de populações negras que, ao se encontrarem em um mundo branco antinegro, sucumbem aos distúrbios psicopatológicos. Neste processo, compreende-se então que a colonização das subjetividades pode impor psicopatologias às comunidades subalternizadas. Em seu *magnum opus*, Fanon prosseguiu dizendo:

Há identificação, isto é, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de

branco. Ele recarrega o herói, que é branco, com toda a sua agressividade a qual, nessa idade, assemelha-se estreitamente a uma dádiva: uma dádiva carregada de sadismo. Uma criança de oito anos que oferece alguma coisa, mesmo a um adulto, não saberia tolerar uma recusa. Pouco a pouco se forma e se cristaliza no jovem antilhano uma atitude, um hábito de pensar e perceber, que são essencialmente brancos (FANON, 2008, p. 132).

É nesta intoxicação psíquica que negros, em sua condição subalternizada, se mascaram em um contínuo e infindável processo de integração que produz o auto-ódio enquanto estratégia única de se humanizar, pois “se o humano é sinônimo de branco, restaria às pessoas negras buscar essa máscara. A colonização é racista, o racismo é colonial, um alimenta o outro” (NOGUERA, 2020, p. 10). É dentro deste fenômeno de intoxicação oriundo da modernidade e do pensamento moderno que a cultura emerge enquanto central à colonização das mentalidades, forjando assim, caminhos em que a colonialidade do poder cumpra sua missão classificatória e subalternizadora. Desta forma, silencia identidades, saberes e práticas culturais dos povos colonizados, impossibilitando-os de se identificarem com o mundo embranquecido de maneira a preservar suas subjetividades, ou seja, seus modos de pensar, sentir e desejar, assim como seus aparelhos psíquicos. De acordo com a autora Fátima Lima (2020), “no cerne da violência do pensamento moderno, a racialidade habita como elemento estruturante, transpassando desde as macro instituições até as relações mais ínfimas e moleculares” (LIMA, 2020, p. 82).

Com isto, dentro de um processo de constituição subjetiva da primeiríssima infância, cujo vir-a-ser do bebê no mundo é atravessado por experiências relacionais e intersubjetivas, toda estrutura colonial e racializada, atravessada na visão de mundo de seus cuidadores e tutores, estabelece um marco na inserção da criança ao mundo. Esta marca não apenas se apresenta como uma mera transmissão de signos, sentidos e significantes, mas estabelece na criança um trauma cuja constituição é ferida, anulando através desde crimes como abusos físicos, psicológicos e sexuais, como também em violências sutis que fixam na psique infantil, uma relação de anulação para consigo mesma.

Este processo violento de inserção ao mundo racista e colonial se inicia ainda na vida uterina, com a exclusão do direito da mãe negra ao acesso a um pré-natal de qualidade para uma gestação saudável e segura. Além disto, a própria vinda deste bebê ao mundo é marcada por esta racialização colonial, como podemos observar os altos índices de violência obstétrica em mulheres negras. Como afirma o texto “A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS” (2020),

Alguns estudos realizados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), conduzidos pela pesquisadora Maria do Carmo Leal, evidenciam algumas disparidades raciais que ocorrem no atendimento às mulheres grávidas. Mostram que mulheres negras possuem maior risco de ter um pré-natal inadequado. São aquelas que realizam menos – e mais rápidas – consultas obstétricas do que o indicado pelo Ministério da Saúde. São elas também as que mais peregrinam entre as maternidades, as que vão ter o direito de acompanhante durante o parto violado. São/serão as que mais sofrem/ sofrerão violências obstétricas. (CURLI; RIBEIRO; MARRA, 2020, p. 162)

É através destas falas que reconhecemos o trauma que já se estabelece na iniciação da criança negra ao mundo. Considerando o risco eminente de vida sob

a qual se encontram os neonatos negros e suas mães, retomamos a obra de Wallace de Moraes que, dialogando com o pensamento de Michel Foucault, nos afirma que o “racismo assegura a função da morte dos outros como reforço biológico da própria raça. Se levarmos essa premissa para as instituições, perceberemos que os Estados mais assassinos são os mais racistas.” (MORAES, p. 12, 2020).

Este processo segue se afirmando ao longo da formação das crianças em seus múltiplos espaços, sejam eles privados como a família ou públicos como as creches e centros de saúde. Em muitos casos, o primeiro contato com a vida fora de casa destes bebês se encontra na creche e até a educação dos docentes com as crianças negras se mostra atravessado por esta visão de mundo racializada. De acordo com a pedagoga Ellen de Lima Souza, analisando as relações entre docentes da educação infantil e as crianças negras, percebeu duas visões distintas: “o negro que gera nas docentes piedade (uma postura paternalista) ou expectativa (que deve necessariamente assumir uma postura ativista)” (SOUZA, 2016).

Esta postura atravessa não apenas a educação, mas o cuidado que, de acordo com Falk (2016), estabelece uma relação direta com a constituição da criança. Falk afirma que “a criança tem necessidade de relações estáveis para poder, por meio da imitação, da assimilação e da identificação, se apropriar do sistema de valores da sociedade, das normas de julgamento, das regras de comportamento e também das interdições” (FALK, 2016, p. 29). Com isto, reconhecemos que o lugar inicial da criança pequena negra no mundo branco antinegro é pautado na violência, exclusão, anulação e negação.

É através da análise de Fanon e suas investigações que hoje conseguimos observar este fenômeno na constituição psíquica da criança negra a partir de uma lente decolonial e antirracista, possibilitando o reconhecimento do lugar do trauma nas infâncias negras em sua profunda alienação que, em sua análise, se categoriza como os processos e mecanismos que a branquitude hegemônica estabelece para a subalternização e inferiorização da negritude.

Considerando as reflexões levantadas neste texto, podemos reconhecer que este processo começa antes da vida negra dar seus primeiros passos. De acordo com Fanon, “no mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo, reina uma atmosfera densa de incertezas” (FANON, 2020, p. 126).

É neste fenômeno que Fanon reconhece o lugar da psicopatologização de uma negritude socialmente adoecida pela branquitude. De acordo com Lima,

Partindo de uma crítica à ideia de neurose-tipo, Fanon traz a dimensão consciente das experiências vividas pelos negros, indagando as ideias de família e nação como os lugares da lei, da autoridade e do aprendizado que têm como objetivo garantir uma certa “normalidade” esperada pelo mundo ocidental. (LIMA, 2020, p. 88)

Marcados em um cenário cuja constituição subjetiva se dá dentro das experiências relacionais junto aos seus tutores e cuidadores, assim como junto ao seu meio, uma criança negra crescendo dentro da hegemonia branca e antinegra aprende e apreende seu valor dentro de referências que a constituem como inferiorizada e subalternizada, isto é, dentro do narcísico protagonismo branco.

Desta maneira, seus saberes, corpos, epistemologias, produções e vitórias pessoais são sempre medidas a partir da régua da branquitude colonial que, ao desconsiderar o valor da criança, desconsidera duplamente o valor da criança negra, historicamente anulada em sua potência.

Dentro deste processo, o epistemicídio de mostra como forte estrutura de poder no processo de subalternização das crianças. De acordo com Moraes, refletindo o conceito de Boaventura de Sousa Santos, “sobrevivem ao epistemicídio somente as teorias produzidas na academia e/ou nos grandes oligopólios de comunicação de massa, que concebem a Modernidade e suas instituições, principalmente o Estado e o capitalismo, como legítimas e no máximo passíveis de reformas.” (MORAES, p. 26, 2020). Enquanto processo de silenciamento e massacre das múltiplas epistemologias, atravessadas por uma estadolatria racista e colonialista, encontra-se em seu cerne a violência contra esses pequenos sujeitos negros. Enquanto sujeitos munidos de culturas e saberes, em seus primeiros contatos institucionalizados, percebem-se suas vivências e experiências como dignas de tutela e reajuste. Sejam pelo arsenal linguístico que se molda, verbal e não-verbal, seja pelas referências culturais ou pela própria constituição familiar, essas crianças trazem para dentro desses espaços, vivências, saberes e histórias negras que, em seu primeiro contato com um espaço branco antinegro, são violentadas em sutil processo de silenciamento de suas raízes.

É dentro deste cenário que o trauma colonial surge como alicerce a constituição subjetiva das infâncias negras. Suas psiques são moldadas a partir da violência colonial, duplamente massacrante aos bebês negros. Desta forma, é necessário retomar a análise do lugar deste Estado racista e necropolítico neste processo de traumatização. Em seu artigo “Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial”, Moraes nos relembra:

O Estado, indubitavelmente, cumpriu um papel central na estruturação do racismo. Assim, foi o Estado europeu que não só patrocinou, como foi o executor, do colonialismo, da escravidão, dos estupros, das humilhações, das extorsões, da destruição da pachamama, do genocídio de diferentes povos. Aliás, o maior genocídio da história da humanidade. Foi essa instituição através de seu militarismo e com apoio das igrejas cristãs que tratou indígenas e negros como sub-humanos ou nos termos de Grosfoguel (2018) como um não-ser, situado em uma zona diferente da do europeu ocidental. A partir dessas constatações, o Estado moderno europeu, se alimentou reciprocamente com o colonialismo, praticando-o, foi, portanto, oriundo como um necro-racista-Estado, manchado pelo sangue e suor das suas vítimas, caracterizado por não reconhecer negros e indígenas como humanos. Os novos Estados latino-americanos, caribenhos e da América do Norte foram gestados a imagem e semelhança dos seus pais. Portanto, continuaram a política da morte e do encarceramento colonialista baseados nas leis ou não (MORAES, p. 61, 2020).

Reconhecendo o lugar do Estado neste processo, devemos ressaltar também que as macro-violências acometidas pelo Estado aos corpos negros ganham dimensões sutis nas experiências micro relacionais, atravessando o desenvolvimento desses sujeitos negros. Nas palavras de Lima, “no cubo branco, as experiências negras engendram-se a partir de uma ruptura entre a realidade e a imagem, uma ruptura óptica e política.” (LIMA, 2020, p. 89). Refletindo acerca do drama em torno do trauma negro em uma sociedade racializada, Grada Kilomba nos afirma:

O trauma, no entanto, raramente é discutido dentro do contexto do racismo. Essa ausência indica como os discursos ocidentais, e as disciplinas da psicologia, e da psicanálise em particular negligenciaram amplamente a história da opressão racial e as consequências psicológicas sofridas pelas/os oprimidas/os. [...] Contudo, os dolorosos efeitos do trauma mostram que as/os africanas/os do continente e da diáspora foram forçadas/os a lidar não apenas com traumas individuais e familiares dentro de uma cultura branca dominante, mas também com o trauma histórico coletivo da escravização e do colonialismo reencarnado e reestabelecido no racismo cotidiano, através do qual nos tornamos, novamente a/o “Outra/o” subordinado e exótico da branquitude (KILOMBA, 2019, p. 215)

Nesta afirmação, Kilomba nos retoma às críticas de Fanon aos autores da teoria psicanalítica em estabelecer um humanismo reducionista em sua pluralidade, ignorando as dimensões materiais que afetam diretamente os mecanismos da psique humana. Neste discurso essencialista e moderno, as experiências da alienação negra dentro de um cenário de colonização são completamente ignoradas pela psicanálise, finalizando assim a teoria em si mesmo, sem que exista então uma aplicabilidade provável para esses sujeitos dentro de um processo clínico de cura. Em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Fanon afirma:

Muito já se falou da psicanálise em relação ao negro. Desconfiando das aplicações que dela poderiam ser feitas, preferimos intitular este capítulo “O negro e a psicopatologia”, já que nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung contemplaram os negros no decorrer de suas pesquisas. No que estavam cobertos de razão. Com demasiada frequência de que a neurose não é constitutiva da realidade humana. Queira-se ou não, o complexo de Édipo está longe de ser uma realidade entre os negros. (FANON, 2020, p. 166-167).

### **Considerações finais**

Mesmo que não se atendo às questões da experiência negra no adoecimento psíquico, a psicanálise eurocentrada segue sendo fundamentação inegável aos estudos da primeira infância. Com certeza, é certo que assim deve ser, mas é necessário reconhecer suas limitações, frutos de uma sociedade racializada e marcada pela colonialidade. Uma sociedade que se mostra indiferente às questões da negritude, estabelecendo como ideal, uma noção de “humano” totalmente atravessada pela colonialidade branca, masculina, hétero e adultocentrada. Formada no centro deste cenário, os bebês e as crianças negras são completamente silenciadas e violentadas cotidianamente por esse racismo e colonialidade.

Com isto, a leitura de Fanon se faz extremamente necessária para que levantemos, ao menos, a sensibilidade de reconhecer as questões psíquicas desses sujeitos marcados pela violência estrutural deste Estado colonialista, manifestada inclusive nas sutilezas do cotidiano. Reconhecer a experiência relacional vigente na constituição psíquica de uma criança negra nos possibilita diferentes caminhos para acolhê-la em sua potência e valorizar o seu valor enquanto cidadão de direitos. É necessário reconhecer para valorizar e desta forma, construir um caminho de ruptura dentro deste sistema que assassina seus corpos e suas psiques antes que possam ter o direito de resistir.

## Referenciais bibliográficos

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Psicologia, 72 (no.spe.): 156-169, 2020.

CAMBUÍ, Heloísa; NEME, Carmen; ABRÃO, Jorge. A constituição subjetiva e a saúde mental: contribuições winnicotianas. Rio de Janeiro: Ágora, v. XIX, nº1, jan/abril, p. 131-145. 2016.

FANON, Frantz. Peles Negras, Máscaras Brancas. 1a ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FALK, J. (org). Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. 2. ed. São Paulo: Junqueira & Marin, 2016.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó. 2019.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Psicologia, 72 (no.spe.): 80-93, 2020.

MORAES, Wallace de. Crítica à estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. São Paulo: Teoliterária V. 10 - N. 21 – 2020.

MORAES, Wallace de. As origens do necro-racista-estado no brasil: crítica desde uma perspectiva decolonial & libertária. Rio de Janeiro: REL (UFRJ) Vol. 2, 2020.

NOGUERA, Renato. Fanon: Uma Filosofia para Reexistir. In: FANON, Frantz. Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 7 - 19.

SOUZA, Macelle. 'As crianças negras são mais punidas do que as brancas', diz pedagoga. São Paulo, UOL. 2016.

TISSER, Luciana. Transtornos Psicopatológicos na Infância e na Adolescência. 1a ed. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2018.

Recebido em: 12/2022  
Aprovado em: 12/2022